

# ENGAJANDO O BRASIL COM A ERA DA AÇÃO CLIMÁTICA

PODEM A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS CONCEBER  
UMA NOVA GLOBALIZAÇÃO?

**Lauri Tägtinen**



## ENGAJANDO O BRASIL COM A ERA DA AÇÃO CLIMÁTICA

### PODEM A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS CONCEBER UMA NOVA GLOBALIZAÇÃO?

- O aumento do desmatamento na Amazônia resulta da longa crise política do Brasil. O que se iniciou em 2013 como um aumento nas tarifas das passagens de ônibus permeou um impeachment controverso e um levante populista, culminando em um impasse constitucional.
- Investidores institucionais europeus têm ocupado a vanguarda na inspeção da abordagem leniente que Brasília vem adotando em relação ao desmatamento e outros desafios ambientais. Enquanto investidores continuam a exibir seus porretes, as lideranças políticas europeias e estadunidenses deveriam ponderar sobre quais incentivos poderiam ser oferecidos à Brasília.
- Bruxelas e Washington mudaram rapidamente de curso: de uma abordagem que enfatizava laços mais estreitos com Brasília para uma de refutação e distanciamento, algo que constitui ambas causa e efeito do declínio da posição internacional do Brasil, tanto em termos de economia quanto de “marca” do país.
- Nos últimos anos, o Brasil tentou, simultaneamente, acentuar a destruição de florestas tropicais e construir relações comerciais com o Atlântico Norte. Ambas estratégias não podem ser realizadas ao mesmo tempo.
- Uma política de reaproximação com o Brasil exige uma coordenação entre a Europa e os Estados Unidos muito mais estreita do que a de costume. Faz-se necessário um compromisso de Brasília com uma globalização sensível à questão climática.



**LAURI TÄHTINEN**

*Non-Resident Fellow*

*Global Security*

*Finnish Institute of International Affairs*

ISBN 978-951-769-696-8

ISSN 1795-8059

Translation: Renzo Nery

Cover photo: Amazônia Real (CC BY 2.0)

# ENGAJANDO O BRASIL COM A ERA DA AÇÃO CLIMÁTICA

## CAPODEM A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS CONCEBER UMA NOVA GLOBALIZAÇÃO?

### INTRODUÇÃO: O BRASIL LADEIRA ABAIXO

Muitos brasileiros dirão que o interesse do mundo externo em seu país tende a ser cíclico: aos momentos de intenso escrutínio sobrevêm os de negligência. Alguns países, particularmente os europeus de maior escala, tendem a desfrutar de uma atenção internacional mais constante, mesmo que nada se compare à atenção permanente dada aos Estados Unidos. O Brasil é mais discutido do que a grande maioria dos países do mundo, embora isso aconteça esporadicamente. Um ciclo de expansão e retração parece continuar sendo o destino do Brasil.

Nos últimos anos, o escrutínio voltado ao Brasil decorre de uma série de eventos espetaculares. Uma crise política que começou com o aumento nas tarifas de transporte público em 2013 levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, se intensificou com a prisão — e posterior libertação — do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018, e culminou na presidência do populista de direita Jair Bolsonaro<sup>1</sup>. A posse de Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, também prenunciava um momento particularmente difícil para a floresta amazônica do Brasil, cujas taxas de desmatamento já subiam enquanto o país mergulhava em queda livre rumo à crise política.

Hoje, adentrando a terceira estação de queimadas da floresta tropical (durante o verão e outono do hemisfério norte) contabilizadas pela presidência de Bolsonaro, o destino da Amazônia recebeu menos atenção por quatro razões. A primeira, positiva, é que para o ano que termina em 31 de julho, o governo Bolsonaro registra sua primeira redução no desmatamento<sup>2</sup>. A segunda, relativamente neutra, é que o mundo pode estar se cansando de monitorar a presidência de Bolsonaro e suas muitas dificuldades, inclusive o impasse constitucional a que o Brasil parece ter chegado. A terceira, negativa, mas não relacionada ao país, é o fato do vigésimo aniversário do 11 de setembro (e as decisões associadas ao mesmo) ter eclipsado as demais políticas globais. A quarta, também negativa, embora profundamente relacionada, é

que, nos últimos meses, o mundo tem testemunhado tantas mudanças climáticas espetaculares que menos atenção ainda foi dada pela mídia à floresta amazônica e seu destino.

O presente relatório avalia as relações do Brasil com o Atlântico Norte em um momento em que o oceano que separa o primeiro tanto da Europa quanto dos Estados Unidos parece se dilatar. O documento mensura este momento, assim como os eventos que levaram ao mesmo e as perspectivas para um futuro próximo. Tomando emprestado uma categoria de uma longa linha de teoria social, a superestrutura da prática ambiental brasileira requer uma análise das bases da globalização em curso e, mais particularmente, sobre o tema da reformulação das finanças globais na era das mudanças climáticas e da pandemia.

Nesse cenário, Washington e Bruxelas se veem como desencadeadores de algumas dessas mesmas forças, ao passo que precisam, ao mesmo tempo, se adaptar às mesmas. Esse é especialmente o caso dos ativistas, investidores e investidores-ativistas que têm sido, tanto do ponto de vista retórico quanto regulatório, convocados por políticos a atuar pela causa do meio ambiente. Ao fazer isso, tais atores por vezes surpreendem esses mesmos políticos, dado que os investidores defendem, precisamente, o que seus reguladores esperam deles enquanto prioridade.

Em primeiro lugar, este artigo avalia por que e como os investidores institucionais e gestores de fundos europeus e estadunidenses estão formulando políticas para Brasília, ou seja, praticando a arte de governo geofinanceira. A segunda questão examinada é o modo pelo qual a Europa e os Estados Unidos vêm engajando o Brasil com o comércio, quer dizer, praticando a arte de governo geoeconômica. A terceira perspectiva considerada é a visão de Brasília sobre a Amazônia e as relações do país com o exterior, ou ainda, como o Brasil pratica sua arte de governo geopolítica. Por fim, o documento estabelece a clara necessidade de uma “política para o Brasil” que seja mais consistente e compartilhada entre Bruxelas e Washington, tendo em vista, inclusive, o desafio colocado pela China.

1 Um novo e extensivo relato acerca da crise brasileira está disponível em: LAPPER, Richard. *Beef, Bible and Bullets: Brazil in the Age of Bolsonaro* (Manchester: Manchester University Press, 2021).

2 “Amazon forest loss hits second highest level since 2008”, *Mongabay.com*. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/08/amazon-forest-loss-hits-second-highest-level-since-2008/>. Acessado em: 28.9.2021.

## A ARTE DE GOVERNO GEOFINANCEIRA VERSUS BRASÍLIA

Duas tendências seculares de investimento estão em rota de colisão e o Brasil se encontra no ponto de impacto. Em 2019, os fundos de índice dos EUA ultrapassaram os fundos ativos pela primeira vez, quarenta e cinco anos após seu início. Tais fundos foram concebidos para democratizar os investimentos, permitindo que leigos rastreiem desempenhos anteriores ao invés de tentar vencer o mercado em seu próprio jogo — seja administrando diretamente suas próprias ações ou pagando um administrador de fundos para fazê-lo.

O problema com o rastreamento de desempenhos pretéritos é que o mesmo incorre no superdimensionamento dos prós, dos contras e do que ainda há de ser feito. Desempenhos pretéritos podem tanto falhar na garantia de desempenhos futuros, quanto exigirem meios de obtenção de resultados que não são mais considerados aceitáveis ou, em alguns casos, tornados totalmente criminosos. Esse é especialmente o caso do impacto ambiental nos negócios.

O investimento de índice puro implicava que havia pouca distinção entre o que “é”, ou “era”, e aquilo que “deveria ser”. Uma nova tendência de investimento secular enfoca no como o mundo deveria ser. Embora o Investimento Socialmente Responsável (Socially Responsible Investing — SRI) já exista há décadas, este permaneceu um fenômeno limitado mesmo nos Estados Unidos, tendo atraído alguns entusiastas.

Desde o início do novo milênio, uma força marcadamente mais pujante emergiu e, desta vez, principalmente na Europa: o investimento Ambiental, Social e de Governança (Environmental, Social and Governance — ESG). Os investidores começaram não mais a fazer apenas a triagem dos danos ambientais, sociais e de governança cometidos, mas buscaram entender quais empresas ou setores estavam mais bem preparados para o mundo do século XXI. Nessa linha de pensamento, não seria apenas eticamente correto tentar mitigar as mudanças climáticas, mas algo necessário, caso uma organização queira se manter competitiva ou mesmo existindo. Além disso, o primeiro ano da Covid-19 demonstrou como a sustentabilidade havia amadurecido: os fundos ESG superaram o S&P 500, um índice de referência<sup>3</sup>.

A moral imediata dessas duas histórias de investimento é que os profissionais financeiros veem no ESG a

resposta para a renda perdida com os fundos indexados. Os investidores ficam contentes em pagar aos gestores de fundos para melhorar seus desempenhos, pelo menos de duas maneiras: primeiro, por quererem mudar o mundo segundo seus próprios valores, e não simplesmente para acompanharem o desempenho anterior; segundo, por acreditarem que o desempenho financeiro futuro dependerá da adesão aos padrões ESG. Para ganhar seu sustento, os gestores de fundos e uma série de outros profissionais financeiros avaliam quais ações, setores ou geografias contêm deficiências ou riscos ao ESG.

Esse é o ponto em que o Brasil entra em cena. A crise política do país convergiu no aumento do desmatamento amazônico exatamente no momento em que os gestores de fundos europeus, especialmente, precisavam de um novo e primeiríssimo inimigo público ou, menos poeticamente, um alvo exemplar de desinvestimento da ESG. Compreensivelmente, faz-se imperioso levar uma nova ênfase política a um momento propício ao aprendizado.

O European Green Deal (Acordo Verde Europeu), um esforço lançado ao final de 2019 e início de 2020, baseia-se no financiamento sustentável voltado ao estímulo de mudança, não apenas no âmbito da UE, mas no mundo todo. Como parte desses esforços, os serviços financeiros precisam adotar marcos climáticos e fornecer transparência com enfoque na sustentabilidade. Tais exigências formaram uma onda que, por um instante, parecia ter engolido o Brasil ou, pelo menos, criado uma correnteza que conduziria os negócios do país e a classe governante ao mar aberto, sem um bote salva-vidas. No exemplo mais espetacular, durante o verão do hemisfério norte de 2020, uma coalizão de investidores institucionais com US \$ 4,6 trilhões em ativos, liderados por marcas domésticas nórdicas, se dirigiu diretamente ao governo brasileiro com suas demandas<sup>4</sup>.

Como resultado da primeira reunião de alto escalão, o governo brasileiro instituiu uma proibição temporária de queimadas, mas a coalizão queria mais. Os investidores apresentaram um conjunto de áreas no Brasil sobre as quais “ficariam de olho”, incluindo não só o desmatamento e a prevenção de incêndios florestais, mas também a aplicação mais ampla do Código Florestal Brasileiro, o fortalecimento das agências ambientais e de direitos humanos, bem como um renovado foco na rastreabilidade e na transparência. Esse conjunto de investidores deixou claro que, por exemplo, a saúde da

3 Esther Whieldon e Robert Clark, “ESG Funds beat out S&P 500 in 1st year of Covid 19”, S&P Global Market Intelligence, 22 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/blog/corporate-credit-risk-macroeconomic-recovery-projections-post-covid-19>. Acessado em: 28.9.2021.

4 Alexandra Pinzon, Nick Robins e Gabriel Thoumi, “Ending deforestation: what next for sovereign investors?”, 22 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/news/ending-deforestation-what-next-for-sovereign-investors/>. Acessado em: 28.9.2021.



dívida soberana do Brasil está profundamente integrada à sustentabilidade das políticas do país.

Assim que o Brasil correu o risco de se tornar um pária financeiro, correram também à Brasília as elites empresariais de São Paulo, que rapidamente fizeram lobby por políticas que correspondessem às expectativas não apenas de investidores europeus ou, digamos, canadenses, mas também e cada vez mais dos EUA. Embora a Europa receba quase o dobro das exportações brasileiras e os EUA sejam o principal concorrente direto do Brasil no setor agrícola, são as finanças dos EUA que estão profundamente ligadas ao país. O investimento direto anual dos EUA no Brasil atingiu mais de 80 bilhões de dólares em 2019, embora o impacto indireto das finanças dos EUA seja muito maior no mercado de ativos, com um trilhão de dólares no Brasil e nas participações no exterior.

Conforme os principais gestores de ativos — incluindo os maiores ativos privados do mundo — se alinharam à sustentabilidade, testemunha-se hoje fatos que até recentemente teriam soado inacreditáveis. Em agosto de 2021, a maior empresa de carnes do mundo, a JBS, com sede no Brasil, juntou-se ao Race to Zero (Corrida ao Zero), um programa de redução de carbono patrocinado pelas Nações Unidas. Mesmo assim, a pressão continua forte para que a mencionada coalizão de investidores, agora somando US \$ 7 trilhões em ativos sob sua gestão, faça o Brasil “pagar para não deter o desmatamento”. Essa foi a exortação do conselho editorial do Financial Times em meados de julho, que abre com uma reivindicação, agora amplamente compartilhada, acerca da crença de que: “[O] ativismo dos investidores pode ser uma força poderosa para o bem”.<sup>5</sup>

## A ARTE DE GOVERNO GEOECONÔMICA COM BRASÍLIA

Não é exatamente uma novidade que empresas multinacionais sejam associadas às ações de seus países de origem. Em um exemplo infame, as empresas de energia dos países que compunham a Coalition of the Willing (“Coalizão da Vontade”) que invadiu o Iraque em 2003, seguiram para o país que mudava de regime. Nesse caso, como os Estados-nação agiram primeiro, as ações das corporações foram vistas como alinhadas àquelas realizadas por seus países de origem.

No caso do Brasil e da arte de governo geofinanceira, a regulamentação em nível da UE foi aprovada, mas

não se espalhou pelos vários membros do corpo político europeu. A suspensão em 2019 das contribuições governamentais norueguesas e alemãs para o Fundo Amazônia pode ter pavimentado o caminho para ações posteriores, mas em 2020 essa estrada foi seguida por um comboio muito maior de partes interessadas. Foram os investidores que se moveram em massa e ajudaram também a forçar uma mudança na arte de governo geoeconômica empregada por seus países de origem e pela UE.

A extensão da mudança na política da UE e dos EUA torna-se aparente quando se observa a história recente de suas relações com o Brasil. Em junho de 2019, um quarto de século de negociações parecia ter chegado ao fim quando a UE assinou um acordo comercial com o Mercosul, o bloco comercial sul-americano do qual o Brasil soma a maior parte. Ainda mais recentemente, em outubro de 2020, os EUA e o Brasil firmaram um acordo de facilitação de comércio sob o entendimento de que mais desenvolvimentos se seguiriam.

No entanto, como visto, nuvens escuras se formavam no céu. À medida que a política comercial com o Brasil se tornava um assunto partidário, em Washington, a campanha de Biden ameaçava o Brasil com “consequências econômicas significativas”. Enquanto isso, Bruxelas exigia (nominalmente de todos os países do Mercosul, mas, na realidade, principalmente do Brasil) novos e “significativos” compromissos envolvendo o desmatamento e a mudança climática. Mudanças políticas importantes frequentemente exigem um caso exemplar, que englobe as prioridades da agenda emergente e as torne mais visíveis e óbvias para o mundo em geral. O Brasil se tornou um exemplo desse tipo.

Muitos observadores de longa data do Brasil, e alguns brasileiros, notaram uma mudança na percepção pública em relação ao país. O Brasil agora provoca acentuadas reações negativas, e espontâneas, de pessoas de fora de suas fronteiras. Essa é uma mudança drástica, não apenas do “Lulamania” que marcou a primeira década deste século, quando o presidente era uma figura disputada por outros líderes mundiais para fotos, mas também de uma imagem positiva de longo prazo gozada pelo país.

Apesar de sua infame desigualdade e notório déficit legal, o Brasil conseguiu conquistar notoriedade em sua reivindicação por uma democracia racial, em seu compromisso inicial com uma energia mais verde e em sua expectativa de emergir como o país do futuro. No século passado, essa logomarca brasileira foi construída tanto durante a ditadura quanto durante a democracia, mas agora está sendo demolida pela demagogia. O trator de demolição que hoje ocupa o topo do poder executivo obteve reconhecimento mundial tanto

<sup>5</sup> “Brazil should pay for not halting deforestation”, *The Financial Times*, 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/3dd66868-3dec-4d3b-b428-10f4e9d9308d>. Acessado em: 28.9.2021.



O presidente brasileiro Jair Bolsonaro cumprimenta seus apoiadores, em setembro de 2021, no Palácio do Planalto, local oficial de trabalho do presidente.  
Fonte: Marcos Corrêa/PR (CC BY 2.0)

por sua leniente aplicação da lei ambiental, quanto por seu manejo indiferente da Covid-19, ou, ainda, por sua péssima etiqueta política, incluindo surtos apologéticos às ameaças que Donald Trump trouxe à democracia dos Estados Unidos.

Embora Bolsonaro certamente tenha se tornado a estrela do espetáculo de seu país, ele entra em cena em um momento em que o desmatamento já crescia e que a consciência sobre as mudanças climáticas se acentuava. O ano de 2021 elevou a mudança climática ao topo da agenda global, principalmente devido à mudança de ocupante da Casa Branca. Enquanto o presidente Biden continua a reinventar a postura dos EUA em relação ao clima, as prioridades de outras áreas da política estão sendo reformuladas, como indica o recente projeto de lei em infraestrutura.

Outra área é o comércio, da qual a globalização foi, durante várias décadas, promovida e celebrada como uma questão política dos EUA e da UE, com pouca consideração por seu impacto climático interno ou externo. Essa atitude está agora sujeita a uma radical revisão em Washington e Bruxelas, dado que a UE revelou sua nova estratégia comercial, centrada na ação multilateral contra políticas climáticas. Com o Brasil já na

mira de investidores institucionais do Atlântico Norte, Brasília dificilmente pode se dar ao luxo de alienar suas contrapartes em Bruxelas e Washington.

Isso não significa que Bolsonaro não o tentará, conforme demonstra sua recente escalada de tom. No início de setembro, após o prolongado embate entre o presidente, o Judiciário e o Legislativo do Brasil, Bolsonaro declarou que não respeitaria mais as decisões da Suprema Corte e que não deixaria o gabinete presidencial enquanto estivesse vivo. Embora o presidente tenha sido forçado a uma retirada tática, ele continua forte o suficiente para permanecer no poder, causando uma “crise constitucional permanente”.<sup>6</sup> Esta é uma situação terrível para os brasileiros e que cujo o potencial de choque se mostra cada vez menor ao mundo exterior.

O Brasil simplesmente não é mais o que parecia ter se tornado. Em 2011, se afirmava que o país havia se tornado a quinta maior economia do mundo; em 2021, luta para se manter na décima segunda colocação. Há uma década, discutia-se a possibilidade do país ultrapassar a França, uma grande influência cultural, assim como o Reino Unido, país que dominou o comércio do Brasil no século XIX. Agora, trata-se, possivelmente, de ficar atrás de uma ex-colônia britânica fortemente

6 Oliver Stuenkel, “Stalemate: The Main Outcome of Bolsonaro’s Day of Protest”, *Americas Quarterly*, 8, setembro de 2021. Disponível em: <https://www.americaquarterly.org/article/stalemate-the-main-outcome-of-bolsonaros-day-of-protest/>. Acessado em: 28.9.2021.

assentada no extrativismo e na produção primária (para agravar a situação, cumpre registrar que a Austrália tem apenas um oitavo da população do Brasil). O vento definitivamente não sopra a favor das velas do Brasil.

## A ARTE DE GOVERNO GEOPOLÍTICA EM BRASÍLIA

A distância por avião de Miami a Manaus, a sétima maior cidade do Brasil e coração econômico da Amazônia, é menor do que a viagem terrestre de São Paulo à capital do estado do Amazonas. Para deixar Manaus ainda mais distante, os últimos 885 quilômetros de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, são, em partes, parcialmente transitáveis na melhor época climática do ano e simplesmente intransitáveis na época das chuvas.<sup>7</sup>

Sem uma estrada funcional, Manaus só pode ser alcançada por barco fluvial ou avião. Após ter sido abandonada na redemocratização de 1988, a rodovia de Porto Velho a Manaus (BR-319) vem, nos últimos anos, passando por “manutenção” (em linguagem governamental) ou, segundo os críticos, por “reconstrução”. No início de 2021, o governo brasileiro solicitou propostas de pavimentação para mais de 400 quilômetros da rodovia, ampliando com isso, o acesso à floresta virgem.

Mesmo que a Amazônia esteja distante da maioria dos brasileiros dotada poder econômico, ou mesmo político, os incêndios de 2019 levaram ao seu domicílio a experiência do que é viver sob a fumaça, como se viu, especialmente, no caso da megacidade de São Paulo. Da mesma forma, em 2021, a seca extrema no coração econômico do sul do Brasil está demonstrando o impacto do desmatamento em ecossistemas muito distantes da bacia amazônica, fato que não faz mais da mesma uma fronteira distante e que pode ser ignorada com segurança.

No passado, a Rodovia BR-319, um elefante branco de nascimento, podia ser vista como um símbolo distante do desenvolvimento do Brasil. Ordem e progresso, o par de substantivos emblemáticos da bandeira do Brasil, dependia da ocupação da Amazônia como forma de evitar sua entrega. Meio século atrás, isso fez do futuro da Amazônia uma questão de segurança nacional da mais alta ordem para o regime militar que governava o Brasil. Embora tais questões nunca tenham desaparecido do discurso político brasileiro,

Bolsonaro as trouxe de volta com força total.

Mesmo que o Bolsonaro tenha piorado a situação das florestas tropicais, o desmatamento é parte da longa crise política que o Brasil atravessa desde 2013. Um ano antes, em 2012, o Brasil havia conseguido reduzir as taxas oficiais de desmatamento da Amazônia em 84%, desde o pico de 2004. Isso significou uma redução de quase 28.000 km<sup>2</sup> (praticamente uma “Bélgica”) para menos de 5.000 km<sup>2</sup> (ou menos de dois “Luxemburgos”). Em 2020, a perda oficial foi de cerca de 11.000km<sup>2</sup> — aproximadamente um “Kosovo”.

Embora essa reversão seja, sem dúvida, péssima, há uma boa notícia e outra melhor: primeiro, a atual conjuntura já foi pior e, segundo, o já Brasil demonstrou no passado que pode mudar de rumo. Tanto os problemas quanto as soluções para o desmatamento do Brasil ou para os programas ambientais vão além da persona de Bolsonaro e suas políticas. Essa é uma lição importante de se ter em mente, já que os processos eleitorais brasileiros de 2022 se darão em um contexto social extraordinariamente propenso à combustão, especialmente em um cenário de incêndios florestais. Tanto Bolsonaro quanto, presumivelmente, Lula têm seus motivos para vociferar contra o imperialismo do Norte.

A primeira coisa que os europeus (em particular) precisam avaliar é que o sentido brasileiro de soberania é, no mínimo, tão forte e denso quanto o das elites estadunidenses. Sempre que um presidente brasileiro conseguir identificar um Emmanuel Macron para se contrapor, como aconteceu em 2019, aquele poderá arregimentar os “cidadãos de bem” em torno da bandeira. Este não é um aspecto peculiar ao populismo de Bolsonaro, mas quase universal em Brasília, e poderoso em outras partes do país. Nesse sentido, a bacia amazônica continua sendo o teste decisivo para a soberania do país como um todo. Se o Brasil puder preservar sua soberania sobre a Amazônia contra ameaças de se “internacionalizá-la”, o resto do Brasil também se sentirá seguro.

Para certos outsiders, essa pode ser uma visão de mundo difícil de se assimilar. Tanto a predita visão quanto o desconhecimento em torno da mesma têm a ver com o fato do Brasil ainda apresentar as marcas de uma economia e, de certa forma, de uma sociedade, em larga medida fechadas. No final de 2018, Bolsonaro seguia uma agenda de expansão agrícola doméstica (descontrolada) e liberalização (controlada) do comércio exterior, contrariando as tendências globais rumo à sustentabilidade e ao protecionismo em ambas as instâncias. No final de 2019, ficou claro que pelo menos uma parte dessa agenda dupla teria que ceder. Em 2020, a Covid

<sup>7</sup> Ana Ivanova, “Illegal deforestation intensifies along Brazilian highway as agribusiness hopes swell”, *Mongabay.com*, 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/07/illegal-deforestation-intensifies-along-brazilian-highway-as-agribusiness-hopes-swell/>. Acessado em: 28.9.2021.



frustrou as esperanças de expansão do comércio global e chamou ainda mais a atenção para o desmatamento e as doenças zoonóticas, enquanto a administração desastrosa do Brasil com relação à disseminação do novo coronavírus chamou ainda mais atenção negativa.

Neste ano viu-se duas reversões: primeiro, o governo brasileiro está retrocedendo em suas políticas (anti) ambientais e, segundo, a globalização está retrocedendo de maneiras que poucos teriam previsto há um ano atrás. Nos Estados Unidos, em particular, o comércio voltou de forma avassaladora, tendo nos meses da primavera entregado três dos quatro meses mais fortes da história, em termos nominais. Isso está relacionado a uma percepção crescente de que as pessoas precisam desesperadamente do comércio, visto que torna mais resilientes e capazes de lidar com os desafios globais, a exemplo da crise sanitária da Covid-19 ou das mudanças climáticas. Isso também sugere que uma nova globalização aponta no horizonte.

De fato, como argumenta o historiador econômico Harold James, a crise de Covid pode muito bem gerar uma “Idade de Ouro” da globalização, reduzindo a inflação provocada pelo processo de recuperação, não apenas em zonas tradicionais de pressão inflacionária, como o Brasil, mas também nos Estados Unidos.<sup>8</sup> Afinal, a longa era de baixa inflação também foi uma era de crescente integração global.

Diante desse cenário, o Brasil poderia fazer pior do que buscar uma maior integração em um momento em que a globalização está sendo reordenada em mais de um sentido. Algumas das medidas propostas recentemente para controlar jurisdições mais desreguladas, como a imposição de uma alíquota tributária mínima global, podem na verdade ajudar o Brasil a jogar em um campo mais nivelado, enquanto o país se abre para o mundo. No entanto, para que o Brasil colha os benefícios dos novos arranjos, deve aceitar de uma vez por todas que sua maior integração exige que o país seja uma força positiva na luta contra as mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente.

## CONCLUSÕES: ENGAJANDO BRASÍLIA?

Na história recente, a Europa e os Estados Unidos têm trilhado caminhos separados para — e para longe — do Brasil. Isso precisa mudar. Washington enfatizou

a relação de defesa com o Brasil e preferiu manter os europeus fora das questões de segurança do Novo Mundo. Infelizmente, Washington também tem uma visão bastante mercantilista, inclusive pelo fato de o Brasil exportar muitos de seus mesmos produtos, como soja, carne e etanol.

Enquanto isso, Bruxelas tem se concentrado em conseguir um acordo comercial, embora não valorize totalmente aspectos de segurança e meio ambiente do envolvimento chinês com o Brasil e sua vizinhança. Tragicamente, o Brasil e a UE passaram os melhores anos do antigo consenso em torno da globalização tentando fechar um acordo comercial, tendo cruzado a linha de chegada um pouco tarde demais. A UE deve agora procurar caminhos para a saída do presente impasse por meio de um projeto-piloto entre o Mercosul e a EU como, por exemplo, o de passaportes de produtos digitais para rastreamento e acompanhamento de mercadorias.<sup>9</sup>

Tanto europeus quanto estadunidenses precisam passar a compreender seu relacionamento com o Brasil de forma holística, tanto em termos de comércio quanto de segurança e, ao proceder dessa maneira, também fazer com que Brasília se comprometa com o meio ambiente. Os governos do Atlântico Norte devem, pelo menos, estar cientes do impacto das diplomacias pública e privada dos fundos de investimento, visto que suas defesas têm muitos pontos de convergência. No mínimo, sob a perspectiva de que investidores desempenham o papel da “mau policial”, a situação deve fornecer ampla oportunidade para que os governos forneçam algum equilíbrio, desempenhando o papel do “bom policial”.

Para complicar ainda mais a situação, há o novo compromisso da UE de impor tarifas sobre os produtos de alta intensidade de carbono que chegam ao seu mercado interno, uma realidade à qual não só o Brasil, mas a maioria dos outros países terão que se ajustar rapidamente. Enquanto isso, o governo Biden busca aumentar a pressão para que o Brasil atue no meio ambiente, sem jogar Brasília nos braços de um rival, ou seja, se distanciar de Bolsonaro, mas, ao mesmo tempo, se aproximar de Brasília.<sup>10</sup>

O contexto mais amplo do envolvimento dos EUA e da Europa com o Brasil é fornecido pelo “Grande Jogo”

8 Harold James, “Globalization’s Coming Golden Age: Why Crisis Ends in Connection”, *Foreign Affairs*, Maio/Junho de 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-04-20/globalizations-coming-golden-age>. Acessado em: 28.9.2021.

9 Annika Hedberg and Stefan Sipka, “Towards a green, competitive and resilient EU economy: How can digitalization help?”, EPC Discussion Paper, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.epc.eu/en/Publications/Towards-a-green-competitive-and-resilient-EU-economy-How-can-digital-35bfc4>. Acessado em: 28.9.2021.

10 Brian Winter, “The Silent Partner”, *Piauí*, setembro de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/the-silent-partner/>. Acessado em: 28.9.2021.



com a China. O Brasil já exporta mais para a China do que para a UE e os EUA juntos. Ambas as exigências inerentes à Covid-19 e à tarefa do clima sugerem que essa tendência deve apenas se fortalecer. Por exemplo, caso os europeus tarifem os produtos agrícolas brasileiros, o Brasil olharia com ainda mais exclusividade para a China, onde menos pessoas tendem a se importar com quantas árvores foram derrubadas para que a carne chegue às suas mesas.<sup>11</sup> Da mesma forma, caso o Brasil rejeite o 5G chinês à essa altura do jogo (para seguir as preferências de Washington), a China poderia se recusar a comprar soja do Brasil, beneficiando os Estados Unidos. No entanto, tal cenário parece improvável porque, no início de 2021, o Brasil já permitia a participação da Huawei em suas licitações de 5G, no momento em que as vacinas da Sinovac começavam a entrar no país.

À medida que Bruxelas e Washington se distanciam ainda mais de Brasília, Pequim se beneficia. As delegações chinesas podem receber as boas-vindas. Recentemente, Lula elogiou o Partido Comunista da China por sua forte liderança no combate à Covid. A China também não exigirá níveis nórdicos de conformidade dos processos de produção brasileiros. Esse conglomerado de forças promete se tornar uma tragédia para o mundo, em um contexto onde a floresta amazônica já se encontra em um ponto crítico e no qual o desmatamento é convertido diuturnamente em um processo que se retroalimenta. À medida que essa dinâmica se desenvolve, o trabalho climático do resto do mundo torna-se cada vez mais fútil.

Portanto, o único caminho a seguir é o engajamento persistente e firme. Já se sabe que o Brasil pode mudar de

rumo, porque já o fez antes. Potenciais desinvestimentos e outros “porretes” já foram usados. É preciso começar a pensar rapidamente em possíveis recompensas.

Essa será uma batalha árdua. Ao passo que Bolsonaro se torna cada vez mais errático, é provável que o mesmo enfrente um Lula manchado de corrupção e endurecido pela prisão, cujo ceticismo em relação aos “brancos de olhos azuis” da América do Norte e da Europa foi publicamente registrada à época da crise financeira de 2009, durante o seu mandato anterior.<sup>12</sup> Os aliados do Brasil precisam se tornar mais determinados e trabalhar na formação de laços entre o Atlântico Norte e o Brasil, laços que sejam capazes de atravessar diferentes governos, sem presumir que haja alguma solução fácil para as eleições do final de 2022.

Para seu próprio bem-estar, os brasileiros devem se envolver em processos que promovam uma integração atlântica mais ampla e que o desenvolvimento social e econômico de seu país confira nova ênfase à sustentabilidade. Devido ao crescente contrapeso da China, é imperativo que europeus e estadunidenses ajam juntos, formando, ao menos, fóruns trilaterais voltados à conversação e à cooperação. Tratam-se de ações que começariam atrasadas e o Atlântico Norte não pode tergiversar em sua pregação para o sul. Em vez disso, pelo bem do nosso planeta, EUA e UE devem se dirigir ao Brasil em uníssono, engajando-o em um diálogo aberto e conferindo, assim, novos ares à nova globalização. /

11 Lauri Tähminen, “Only China Can End Brazil’s Climate Crisis”, 1, julho de 2021, *Foreign Policy*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/07/01/brazil-deforestation-china-amazon-climate-change/>. Acessado em: 28.9.2021.

12 Sobre as posições recentes e passadas de Lula, ver: “Lula elogia Partido Comunista Chinês: ‘Países deveriam aprender’”, *Poder360*, 28 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/lula-elogia-partido-comunista-chines-paises-deveriam-aprender/>. Acessado em: 28.9.2021. Ver ainda: “Brazil’s Lula repeats ‘blue eyes’ crisis comment”, *Reuters*, 15 de abril de 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-financial-lula-blueeyes-sb/brazils-lula-repeats-blue-eyes-crisis-comment-idUKTRE53E76B20090415>. Acessado em: 28.9.2021.